

Parágrafo único. Serão considerados como povos e comunidades tradicionais aqueles que atenderem, simultaneamente, aos critérios constantes no Decreto Federal nº 6.040/2007, art. 3º e Decreto Federal nº 8.750/2016, art. 4º, § 2º, bem como os critérios estabelecidos na Convenção 169/89 da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Belém-PA, 13 de março de 2024.

NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Presidente do IDEFLOR-Bio

Protocolo: 1050504

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2023

PARTES: IDEFLOR-Bio E ANTÔNIO ORLANDO DE ALMEIDA LINS

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto o aluguel de imóvel, localizado na Travessa Coronel Joaquim Costa, ao lado da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, Bairro Cidade Baixa, CEP: 68.220-000, com vistas a implantar 3 Gerências Regionais (GRCN1, GRCN3 e ERBA II), neste imóvel, conforme Parecer Técnico de Avaliação do Imóvel e Proposta de aluguel da proponente, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PTRES - 8338; Fonte - 015000001, 01759000016, 02759000016; Natureza de Despesa - 33.90.36.

ASSINATURA: 04/12/2023.

DA PERMANÊNCIA DAS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais constantes do contrato originário.

Presidente do IDEFLOR-Bio

NILSON PINTO DE OLIVEIRA

CONTRATANTE

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - DIÁRIO OFICIAL Nº 35.635, de 06/12/2023, Página 54.**

Protocolo: 1050509

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2024 – IDEFLOR-Bio

Dispõe sobre os procedimentos administrativos para criação, alteração e recategorização de Unidades Estaduais de Conservação da Natureza.

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007 que dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências, alterada pelas Leis nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e nº 8.633, de 19 de junho de 2018;

Considerando que compete ao IDEFLOR-Bio a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação do Estado do Pará;

Considerando o art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988 que incumbe ao Poder Público, "definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção";

Considerando o art. 252 da Constituição do Estado do Pará de 1989, segundo o qual "a proteção e a melhoria do meio ambiente serão prioritariamente, consideradas na definição de qualquer política, programa ou projeto, público ou privado, nas áreas do Estado, e o art. 253 diz que "é assegurada a participação popular em todas as decisões relacionadas ao meio ambiente e o direito à informação sobre essa matéria, na forma da lei", assim como o art. 255 determina que "competem ao Estado a defesa, conservação, preservação e controle do meio ambiente, cabendo-lhe: III-assegurar a diversidade das espécies e dos ecossistemas, de modo a preservar o patrimônio genético, biológico, ecológico e paisagístico e definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos e V - criar unidades de conservação da natureza, de acordo com as diversas categorias de manejo, implantando-as e mantendo-as com os serviços indispensáveis às suas finalidades;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos administrativos referentes ao processo de criação e recategorização de Unidades de Conservação do Estado do Pará;

Considerando a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil pelo Decreto Federal nº 10.088 de 05 de novembro de 2019, ratificada e em vigor, e em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

Considerando a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em assembleia geral da ONU, em 13 de setembro de 2007;

Considerando os objetivos, diretrizes e definições estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

Considerando o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.985/2000;

Considerando o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 que institui a Política Nacional de Biodiversidade e o Decreto nº 5.758/2006, que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNPAP;

Considerando o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT);

Considerando o Decreto Federal nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta os direitos territoriais quilombolas;

Considerando o Decreto Federal nº 8.750, de 9 de maio de 2016 que instituiu o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT;

Considerando o Decreto Federal nº 7.747, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI;

Considerando a Lei nº 6.745, de 06 de maio de 2005, que institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências; o disposto na Lei nº 7.243, de 9 de Janeiro de 2009 que trata do Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste e a Lei nº 7.398, de 16 de abril de 2010 que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará;

Considerando o disposto na Lei nº 10.306, de 22 de dezembro de 2023, que institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC no âmbito do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir procedimento administrativo para criação e recategorização de Unidades de Conservação da Natureza estaduais, o qual deverá ser composto por definição de áreas, estudos técnicos e consulta pública.

Art. 2º. Compete ao IDEFLOR-Bio a definição de áreas para criação de Unidades de Conservação da Natureza estaduais, que deverá ser baseada em dados técnicos e científicos produzidos pelo Instituto ou provenientes de instituições de ensino e pesquisa e entidades afins, por demandas das comunidades diretamente interessadas e de organizações da sociedade civil, ou por solicitação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 3º. As Unidades de Conservação da Natureza estaduais poderão ser criadas por meio de decreto ou lei, sendo permitidas a desafetação ou redução dos limites somente por meio de lei específica.

§1º. A recategorização de unidades de conservação só é permitida mediante lei específica, exceto a recategorização total ou parcial de unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável para unidades do grupo de Proteção Integral, a qual poderá ocorrer por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta pública estabelecidos nesta Instrução Normativa.

§2º. Os limites de uma unidade de conservação poderão ser ampliados por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico que criou a unidade, desde que mantidos os limites originais e observados os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 4º. A criação de Unidade de Conservação da Natureza estadual envolve:

- Análise de viabilidade e abertura de processo administrativo;
- Levantamento de dados secundários e mapa de acessibilidade;
- Reconhecimento da área a nível exploratório;
- Elaboração de estudos técnicos e mapas temáticos;
- Definição do grupo e da categoria de manejo;
- Realização de consulta pública;

- Elaboração do instrumento legal, contendo o resumo dos estudos, o relatório da consulta pública, a exposição de motivos, a ficha técnica, o memorial descritivo e a minuta de projeto de lei ou de decreto.

Art. 5º. A recategorização de Unidade de Conservação da Natureza estadual envolve:

- Elaboração de justificativa para a recategorização e abertura de processo;
- Atualização dos estudos técnicos;
- Redefinição de categoria de manejo;
- Realização da consulta pública;
- Elaboração do instrumento legal, contendo o resumo dos estudos, o relatório da consulta pública, a exposição de motivos, a ficha técnica, o memorial descritivo e a minuta de projeto do mesmo instrumento da criação.

Art. 6º. Para a realização dos estudos técnicos poderá ser solicitada a colaboração de outros órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil, membros da comunidade científica e da população local, com ou sem ônus para o IDEFLOR-Bio.

Art. 7º. Os estudos técnicos devem apresentar a caracterização das formações vegetais e dos ecossistemas aquáticos e da fauna associada, destacando as espécies relevantes, as endêmicas, as raras e as ameaçadas de extinção; diagnóstico preliminar da atividade pesqueira quando for o caso; caracterização do meio físico e do uso do solo dentro dos limites propostos; a caracterização dos povos e comunidades tradicionais, populações residentes e usuárias, quando for o caso; e os principais indicadores socioeconômicos dos municípios abrangidos. ; a caracterização da população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas estaduais e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável estaduais.

§ 1º Os estudos técnicos devem utilizar levantamentos de campo, dados secundários e imagens de satélites, que permitam a caracterização ambiental, socioeconômica e fundiária.

§2º Os estudos e demais informações que antecedem ao processo de criação de uma unidade de conservação devem ser publicizados no sítio eletrônico oficial do IDEFLOR-Bio e fornecidos aos povos e comunidades tradicionais, populações residentes e usuárias e de outras partes interessadas no prazo de 30 (trinta) dias úteis antes da realização da consulta pública, quando for o caso, e deverá utilizar canais de comunicação adequados para atingir as populações diretamente envolvidas.

§3º No processo de consulta pública, o IDEFLOR-BIO indicará as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade de conservação proposta.

Art. 8º. A consulta pública prevista no art. 5º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 tem como objetivo assegurar a participação dos povos e comunidades tradicionais, populações residentes e usuárias e a outras partes interessadas, para que sejam informados, de maneira clara e em linguagem acessível, e se manifestem sobre as propostas de criação, ampliação e alteração da categoria das Unidades de Conservação da Natureza estaduais, bem como, subsidiar a tomada de decisão quanto à definição da localização, dimensão, limites e implicações.

Art. 9º. As consultas públicas submetem-se aos princípios da participação, impessoalidade, interesse público, legitimidade, motivação e ampla divulgação.

Art. 10. A consulta pública não é deliberativa, e consiste em reuniões públicas ou outras formas de oitiva da população local e de outras partes

interessadas.

Art. 11. A realização da consulta pública deve ser precedida, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis anteriores a sua execução, das seguintes providências:

- publicação do Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado;
- emissão e expedição de convites para órgãos municipais, estaduais e federais relacionados e afins, organizações da sociedade civil e comunidades do interior ou do entorno da área;
- III - ampla divulgação local e na rede mundial de computadores dos seguintes documentos:

convite da consulta pública;

edital de convocação;

mapa da proposta;

resumo dos estudos técnicos.

IV - reuniões preliminares com as comunidades locais e os setores interessados, se necessário.

Art. 12. A documentação comprobatória da consulta pública deve incluir, no mínimo:

- a memória da reunião pública, contendo histórico do processo de consulta pública;
- relato das principais questões levantadas durante as reuniões preliminares e principal;
- registros fotográficos;
- lista dos documentos apresentados durante a reunião;
- transcrição da gravação de áudio da reunião, quando for o caso.

Art. 13. Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica estaduais não será obrigatória a consulta pública.

Art. 14. Além da consulta pública de que tratam os artigos 8º e seguintes desta Instrução

Normativa, o IDEFLOR-Bio poderá realizar outras formas de oitiva dos povos e comunidades tradicionais, populações residentes e usuárias localizadas dentro do perímetro das UCs ou diretamente afetadas, com base em estudos técnicos, atendendo a protocolos específicos ou já existentes no local, sem prejuízo das diretrizes gerais para o processo de consulta prévia, livre e informada a serem instituídas no âmbito do Estado do Pará.

Parágrafo único. Serão considerados como povos e comunidades tradicionais aqueles que atenderem, simultaneamente, aos critérios constantes no Decreto Federal nº 6.040/2007, art. 3º e Decreto Federal nº 8.750/2016, art. 4º, § 2º, bem como os critérios estabelecidos na Convenção 169/89 da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Belém-PA, 13 de março de 2024.

NILSON PINTO DE OLIVEIRA

Presidente do IDEFLOR-Bio

Protocolo: 1050557

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº. 02/2022

Processo Administrativo nº 2021/1099512

PARTES: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio e a Empresa Mineração Caraíba S/A.

OBJETO: O presente TCCA visa dar cumprimento à obrigação de pagamento dos 80% (oitenta por cento) restantes do valor da Compensação Ambiental, decorrente do processo de Licenciamento Ambiental de responsabilidade da SEMAS/PA, sob o nº 2013/000000950 do empreendimento "PROJETO BOA ESPERANÇA", em Tucumã, neste Estado, conforme definido em Ata da 20ª Reunião Extraordinária da CCA, ocorrida em 20 de novembro de 2023.

VALOR: O valor nominal do saldo residual de R\$6.667.487,36 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos) corresponde à diferença entre o valor original da compensação Ambiental de R\$ 8.334.359,20 (oito milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte centavos) e R\$ 1.666.871,84 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos) correspondente aos 20% depositados como adiantamento ao FCA nos termos do Art. 6-O da Lei 8.633/2018, do Parecer da PGE nº 000389/2022 e conforme previsto no TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº 02/2022.

ASSINATURA: 12/03/2024.

VIGÊNCIA: 13/03/2024 a 12/03/2025.

SIGNATÁRIOS: Nilson Pinto de Oliveira (Presidente do IDEFLOR-Bio), Antônio Batista de Carvalho Neto (Mineração Caraíba S.A), Eduardo De Come (Mineração Caraíba S.A).

Protocolo: 1050556

a execução dos contratos e congêneres firmados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, tendo em vista os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o comando insculpido no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às determinações legais para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos; o artigo 3º do Decreto nº 870/2013 e a Instrução Normativa nº 02/2019 da AGE;

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 021/2024 - SEGUP/PA, celebrado junto a empresa OCEANORTE CONTRUÇÕES LTDA, decorrente do RDC ELETRÔNICO Nº 002/2023 - SEGUP/PA, oriundo do Processo Eletrônico nº 2023/421986, cujo objeto é a CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÃO TIPO FLUTUANTE - BASE INTEGRADA ABAETETUBA, a ser localizada no município de Abaetetuba/PA, englobando fornecimento dos materiais, mão de obra, encargos sociais, legalização dos projetos e serviços nos órgãos competentes, equipamentos, impostos e taxas, assim como todas as despesas necessárias à completa execução da obra pela Contratada, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, conforme condições e especificações técnicas constantes no Projeto Executivo, bem como nos demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital; que

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) PAULO ELAYR NOGUEIRA LIMA FILHO, Matrícula Funcional nº 57218455/2, como Presidente de Comissão, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 021/2024 - SEGUP/PA;

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) 3º SGT PM QPMP-0 MARCOS ANTONIO HOLANDA MARINHEIRO, Matrícula Funcional nº 57222513/1, para atuar como Membro de Comissão, em substituição ao presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º. Designar o(a) servidor(a) 1º SGT PM QPMP-0 MARCOS FABIANO DAMASCENO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 5701414/1, para atuar como Membro de Comissão, em substituição ao presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 4º. Ao Presidente e aos Membros da Comissão do respectivo contrato, ora nomeados, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I. acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido instrumento sob sua gestão e emitir respectivos relatórios;

II. propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III. controlar, observar e fazer cumprir o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV. receber e atestar nota (s) fiscal (is), e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

V. verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

VI. confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

VII. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;

VIII. manter controle atualizado dos pagamentos efetuados;

IX. comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

X. solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

XI. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento do instrumento, a aplicação de sanções de acordo com as regras estabelecidas no Contrato.

Art. 5º. Em caso de necessidade eventual de substituição será emitida PORTARIA específica para este fim.

Art. 6º. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 11 de março de 2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 1050276

PORTARIA nº 027/2024-GAB/SEGUP Belém, 06 de março de 2024
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso das

atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 138, parágrafo único do inciso V da Constituição do Estado do Pará, de 05 de outubro 1989, e;

CONSIDERANDO de que é dever do gestor administrativo, ao tomar conhecimento da prática de irregularidades administrativas, promover a imediata apuração através da instauração de Sindicância Administrativa, na forma do artigo 199, da Lei Estadual nº 5.810/94;

CONSIDERANDO os termos constantes no PAE nº 2023/1430313, e despacho exarado pela Consultoria Jurídica/SEGUP.

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar a autoria dos fatos constantes nos autos do Processo nº 2023/1430313, que versa sobre irregularidades funcionais praticadas por servidores do IESP.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores DPC TELMA AGOSTINHA ALVES DE AVELAR, Matrícula 58270/2 (Presidente), LÚCIO MAURO DOS SANTOS COSTA - 1º TEN BMRR, Matrícula 559875/2 (Membro), GERUSA TEIXEIRA PINTO - SUBTEN BM RR, Matrícula 5432146/2 (Secretária), para integrarem a Comissão de Sindicância Administrativa.

Art. 3º - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da publicação da PORTARIA, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogável uma única vez por igual período.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. UALAME FIALHO MACHADO
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 1050382

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA

PORTARIA Nº 396/2024/CCC/GSAGA/SEGUP.

Dispõe sobre designação de Comissão Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, nomeado pelo Decreto de 22 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.708, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre